

Autoentendimentos e segredo público em escola de fronteira¹

Regina Coeli Machado e Silva (Unioeste/PR)

Apresentar um saber comum das crianças e dos professores de uma escola pública sobre um modo de vida de trabalho de adultos, caracterizado pelo transporte ilegal de mercadorias em Foz do Iguaçu – fronteira com o Paraguai com o Brasil – é o objetivo desta apresentação. Tais pessoas transportam mercadorias de Ciudad del Este/Paraguai para Foz do Iguaçu, Brasil, acima da cota e/ou da quantidade permitidas, e a escola se localiza em um bairro por onde “passam” essas mercadorias. Nesse bairro, reside grande parte dos adultos que se dedicam a essas atividades, pais e/ou responsáveis pelas crianças que vão a essa escola. Argumento que a escola é parte e participa de uma cosmologia jurídico-política local sobre o contrabando e o descaminho que reúnem: de um lado, a dimensão legal da fiscalização e do controle que tenta domesticar essa atividade em nome da defesa da soberania nacional, em termos territoriais e econômicos; de outro, a dimensão moral de quem transporta mercadorias, marcada pela ilegitimidade constitutiva do estado na fronteira geopolítica. Nela os atos do estado são feitos – na forte presença da governabilidade dos programas educacionais, oficiais e nacionais, nas práticas e nos saberes escolares – e (des) feitos – nas formas de experimentação e de engajamento para lidar com as injunções entre a legitimidade e a ilegalidade, pois é parte e participa ativamente da vida das crianças e dos adultos que atende, sendo assim atravessada pelas tensões das diferentes lógicas (política, jurídica e educacional). Argumento que essas tensões são parte do conhecimento local identificado como um segredo público, mediado e compartilhado por todos na escola, à medida que se estabelecem acordos, buscam-se tentativas de respostas e constituem convivências locais de forma que as fronteiras do estado-nação parecem ser constantemente refeitas e (des)feitas nos próprios termos dos envolvidos (nas relações entre diferentes crianças, professores, adultos e gestores dos serviços públicos).

Utilizo a expressão “modo de vida fronteiriço” para especificar experiências coletivas cujos limites estão supostos nas passagens. Os limites são instituídos simultaneamente aos esforços de construção dos estados-nação (HOBSBAWN, 1997), fazendo com que a fronteira

¹ VII ENADIR GT01 - Antropologia do segredo: etnografias de práticas jurídicas. Coord. Lucas Riboli Besen (UFRGS), Pedro Roney Dias Ribeiro (USP).

geopolítica seja um dos modos pelos quais o estado é experimentado ou (des)feito nas práticas e nos saberes de quem vive nessa territorialidade. Como reificação de uma abstração social, a fronteira é um dos conceitos menos sutis, mas também um dos mais desafiantes para a análise antropológica. É linha fictícia, porque construída pela “arbitrariedade” de processos políticos e classificatórios, mas tendemos a tomá-la como perene pela “naturalização” ou autonomização que ela parece ganhar nas experiências coletivas. Se a fronteira contém a nação, na nação está subsumido o estado, e essa é a forma pela qual identificamos grande parte das sociedades recentes. Assim que, do ponto de vista empírico e analítico, sigo a orientação de Peirano para “observar o estado em ato, a nação se fazendo” (2006, p. 136), e a proposta de Bourdieu de substituir o estado por ato do “Estado”, entre aspas, que “são atos políticos com pretensões a ter efeitos no mundo social (2014, p.39), sem desconsiderar a forma institucional e política dos estados territoriais². Tais formulações orientam a pesquisa para a compreensão dos atos do estado na Escola feitos por diferentes agentes, mas enfaticamente materializados na fronteira do Brasil com o Paraguai por meio das edificações e do constante trabalho de manutenção da soberania nacional (instituições de defesa e segurança fronteiriças, de fiscalização, controle e arrecadação do fisco, de serviços aduaneiros e migratórios).

Com as crianças e professores

Acompanhei meninos e meninas de uma turma do período da manhã, do nono ano, com idade entre 11 e 13 anos. Eles residem no “Jupira”, na parte mais baixa da encosta às margens do rio Paraná do lado brasileiro, que delimita a fronteira entre esses dois países e muito próximo da ponte que une os dois países, separados pelo rio Paraná. A Escola está na parte alta do bairro e foi lá que assistimos a um curta metragem³, levado por mim e por minha aluna, em uma sala

²O estado é entendido como forma de dominação legal aquele que detêm o monopólio da violência (WEBER, 1999) e da violência simbólica (BOURDIEU, 2014) legítimos. Nobeit Elias (1993), segundo Bourdieu (2014), associou a esses monopólios o monopólio do imposto concentrado nas mãos de uma administração única em cada país. É a concentração dos recursos saídos dessa taxaço que permite garantir, entre outros bens públicos, o monopólio da força militar a qual, por sua vez, permite manter o monopólio do imposto.

³“Bicitáxi”, vencedor do 1º *Fast Forward Filmmaking Festival Brazil* - Curta Iguassu em 2012. O tema do curta, com duração de três minutos e meio, foi sorteado pela organização do festival e, em 48 horas, as equipes produziram tudo: roteiro, filmagem, edição e montagem. A direção foi de Maurício R. Ferreira, a produção de Michele Dacas, com roteiro desses últimos. O cinegrafista foi Marcos Labanca.

de aula com recursos de multimídia. Utilizei-o para conversar com eles mais diretamente e observar-lhes os entendimentos a respeito do “trabalho” dos adultos no Paraguai. Esses se tornaram visíveis, paradoxalmente, pelo pouco interesse e pela ausência de curiosidade demonstrados pela turma diante das cenas. A recepção foi reveladora não só porque as crianças comunicaram vividamente uma das razões do intenso fluxo de pessoas e coisas observados e experimentados por muitos de nós, residentes na fronteira, como também explicita que elas não lhes são alheias.

Descrevo a sinopse e simultaneamente o modo como reagiram ao curta, entre eles e em interação conosco. O enredo pode ser resumido por meio de duas cenas. Na primeira, em uma rua movimentada, um casal jovem está em um carro que interrompe o movimento com uma freada brusca e rápida do motorista. A jovem está saindo do carro com raiva, medo e descontentamento quando o motorista, em tom ameaçador, a chama: *ei!!! A mala...* Quando a jovem se volta para pegá-la, o rapaz, retendo uma bolsa vermelha entre as suas mãos e as da jovem, a ameaça com um aviso: *seguinte, se a casa cair, sou muito pior que a prisão*. Embora o motorista use a expressão “mala”, utilizarei aqui a expressão “sacola” ou “bolsa”, pois se trata de uma bolsa, que é também o objeto apresentado na cena.

Na segunda cena, a mesma jovem agora está na garupa de uma bicicleta, envolvendo os braços no corpo do jovem ciclista para segurar-se. Ele veste uma camiseta amarela a indicar que é um “bicitaxista”. A bicicleta se move em direção contrária do ponto de vista de quem os vê, entre os limites estreitos de um corredor formado, por um lado, pelos muitos veículos que estão na mesma direção e, por outro, pelas grades e muros de proteção de uma ponte, sobre um largo rio. A jovem parece serena, imersa em uma atmosfera de alívio e calma, envolvida pela brisa fresca e por um crepúsculo luminoso que acompanham a travessia quando o ciclista diz: *Parece que tem polícia aqui*. Imediatamente a expressão da jovem se transforma. Ela lembra, em um *flashback* rápido, do momento em que estava no carro com o motorista que lhe entregou a sacola. Torna-se tensa, puxa para si a sacola vermelha que antes trazia pendurada ao lado do corpo, desce da bicicleta e volta alguns metros. Quase correndo, chega às muradas baixas da ponte. Encosta-se e apoia-se no parapeito com as duas mãos, inclina o corpo para frente em direção ao rio e o observa por alguns segundos. Então, recua, tira a sacola dos ombros e a arremessa com força para o rio, acompanhando-lhe a queda até tornar-se um pontinho e desaparecer.

Enquanto o curta era reproduzido em uma tela de televisão, poucas crianças se perguntavam sobre as cenas, outras acharam cômica a ideia do bicitáxi, outras se queixaram, dizendo que o filme estava chato ou aborrecido, e a maioria não prestou atenção alguma. Apesar

de o curta durar três minutos e meio, tinham a expectativa de que ele terminasse rápido para verem um *youtuber* local, como queriam, segundo eles, muito mais interessante. Além da clara recusa ao que lhes propunha, o curta parecia não ter causado nenhuma surpresa e muito menos curiosidade.

O modo como as crianças reagiram e o que disseram depois de assistirem ao curta eram indícios da pouca atenção dada a ele, talvez por uma certa familiaridade com o tema. Elas rearranjaram a sequência das ações e embaralharam o próprio enredo. Por exemplo: a afirmação "*se a casa cair, sou pior que a prisão*" foi modulada para "cuidado, *se não a casa cai*" ou "*a casa caiu por causa da ...*" Também introduziram na narrativa elementos não explícitos: supuseram a ação do motorista de entregar e reter ao mesmo tempo a sacola à jovem ao fato de a sacola "*conter dinheiro*" (Artur) e "*conter mercadoria*" (Carlos). Também a interpretaram como um recurso usado pelo motorista para "*falar com a mulher*" (Amélia) e "*ter consciência do que ela tava fazendo*" (Maria). Quase se sobrepondo à discussão, Igor disse que o motorista "*falou a casa caiu por causa da mercadoria e daí ela jogou no rio*" e narrou outra história, não muito diferente do curta, embora informada por ele. Igor seccionou a sequência narrativa e a reordenou, entrelaçando a cena inicial, em que o motorista entrega a sacola, com a cena final, em que a jovem joga a sacola no rio. Houve também uma atribuição de significado mais preciso para a expressão "correria" que qualifica o trabalho do "bicitaxista" que "*vai rápido e volta*" (Nina) substituída pela categoria "movimentação" que incluiu atividades intensas, agitadas e urgentes, porque "*eles têm que fazer um monte de coisa (muitas coisas). Trabalhar, pegar a bicicleta, passar mercadoria, arrumar o pneu...*" (Marcus).

Frente à modulação que inscreveram no enredo, em que as crianças desencaixaram cenas, rearticulando-as de um modo imprevisto, ou as confundiram, unindo sequências separadas, trazendo elementos inexistentes, foi que perguntamos se queriam ver de novo, ao que Igor, quem mais aborrecido estava com o curta, engajou-se no debate, concordando e argumentando: "*a gente não entendeu nada daquela vez*".

Exibimos novamente o curta e, em seguida, antes mesmo de nossas perguntas, Igor falou:

Igor – Ah entendi, ele fala "se a casa cair, você que vai pra prisão". A mala(sacola) não é dela.

Maria – Eu não entendo o que tem dentro dessa mala(sacola).

Marcus – Maconha.

Maria – Tem maconha?

Artur – É mercadoria do homem.

Janaína – E agora, quem é o moço?

Igor – Entendi mais ou menos. Ele é o patrão dela, meio patrão, daí eles tavam fazendo plano de traficar aquilo e mandar pra outro lugar e daí o cara já avisou: “ó, parece que tem polícia aqui”, daí ela parou, pegou a mala (sacola) que tinha as coisas e jogou lá no rio.

As suposições sobre o conteúdo da bolsa continuaram sendo feitas pelas crianças. Pedro disse que dinheiro não poderia ser, porque a jovem “*não seria burra de jogar dinheiro, que ela ia pegar um pouco*”; outros comentaram que era droga, crack, maconha, pedra ou celular, computador; outro afirmou que era maconha e “*não tinha como a jovem se salvar*”. Um menina, voz dissonante das suposições que estavam feitas, disse que não “*entendia*” o que tinha dentro da sacola. Falando todos ao mesmo tempo, ouvimos um deles perguntar ao colega se “*asfalto*” é uma droga. Igor respondeu, rindo, e disse que ele queria dizer “*assalto*”, remetendo a um outro contexto de ação.

Depois desses diálogos tão curtos quanto o curta, não quiseram mais falar. A impressão que tivemos é de que finalizaram uma tarefa sem graça. Após as duas exhibições estávamos, assim, diante de duas “reinvencões” do narrado no curta criadas pelas crianças. Na primeira, as suposições das crianças era de que o carro onde estava a jovem era um táxi, que a mala dada a ela pelo rapaz continha “mercadoria” ou “dinheiro” e que a “correria” do bicitaxista era “movimentação”. Na segunda, a “mercadoria” da mala adquiriu formas mais precisas, incluindo objetos de dois subconjuntos com significados do mesmo universo semântico do contrabando e do descaminho. Um é o das drogas ilícitas, como crack, maconha, pedra e, o outro, de aparelhos eletrônicos, como celular, computador etc. O rapaz que entregou a mala à jovem foi identificado como um “patrão”, “meio patrão” e os dois “*tavam fazendo plano de traficar aquilo e mandar pra outro lugar*” (Igor).

O que o pouco interesse e, ao mesmo tempo, o modo pelo qual as crianças reagiram às cenas do curta nos dizem? Por que a modulação entre a primeira e a segunda reinvenção não foi discrepante? Porque no momento da conversa, as reinvenções da narrativa do curta pelas crianças revelam um saber comum, propiciado pela intensidade de convívio e da proximidade de seu relacionamento com os adultos do bairro onde vivem. Esse saber é resultante da sobreposição de dois contextos: um contexto convencional dominante, jurídica e politicamente, em que o “trabalho” de transportar mercadorias, exercido por pais e adultos com quem elas vivem, é ilegal e clandestino; e um contexto reconhecível e crível do cotidiano da vida desses adultos, cujo trabalho é visto como “legítimo”. Nessa sobreposição, reagem ao contexto dominante do qual é tanto antítese como síntese: concebem esse trabalho como sendo feito para os outros, “os patrões”, e o identificam como “passeiros” (que passam mercadorias). “Passar”

é um verbo transitivo, indicando, simultaneamente, passar de um lugar para outro e transpor limites, territoriais, jurídicos e significativos.

A sacola, para as crianças, continha “dinheiro” ou “mercadoria”. Categorias comuns no contexto convencional da economia, do comércio, da regulamentação jurídica e fiscal na fronteira; a “mercadoria” é uma categoria social que, para as crianças, é objetivada como diferentes tipos de drogas e como produtos eletrônicos. Identifica tanto o transporte de “mercadorias proibidas” quanto a quantidade e o valor de mercadorias que excedem a cota permitida pela regulamentação aduaneira. A sacola também indica, como um índice, a mediação entre o “patrão” e aquele que transporta a mercadoria. Quando Igor diz “*meio patrão*”. O “patrão” é aquele que compra, mas não transporta as mercadorias, é aquele que, ao combinar o trabalho de “passar” as mercadorias, não se sabe ou se omite o nome. “Meio patrão” é como se fosse um patrão, mas não é o patrão. Finalmente, a sacola, como fixação dos significados aí interconectados, objetiva tanto a mediação entre “patrão” e “passeiro” quanto a sobreposição dos contextos convencionais (jurídico e familiar) articulados ao transporte ilegal, mas legítimo, de mercadorias. Quando Igor disse que a jovem, quando soube da polícia, jogou a sacola no rio “*porque era maconha e ela ia ser presa. Não tinha como ela se salvar*”, parece ter entendido a advertência de que, se “*a casa caísse, seria pior que a prisão*”. “Cair a casa” é ser pego pela polícia ou por agentes da aduana brasileira que fiscalizam a entrada de mercadorias na fronteira, mas também pode significar perder os meios de sustentar a própria existência. Também não duvidaram de que a sacola não era da moça. “*Não é dela, continha ‘mercadoria do homem’*”, embora não soubessem ao certo o que tinha dentro.

Da indexicalidade aí existente, a comunicação entre nós excedeu a narrativa referencial justamente por causa da participação deles e nossa em contexto. Uma vez que os temas e as ideias da narrativa fílmica eram reconhecíveis, a transformação deles na conversa corporificou uma simbolização incisiva, objetivada na sacola, que explicita a dinâmica da interação das crianças com adultos no contexto do trabalho ilegal, mas vivido e experimentado como legítimo. Talvez seja essa a razão pela qual o realismo da produção do curta não foi questionado como ficção, mas interpretado em seu valor referencial. Por isso contrastaram o curta, visto como um “retrato” da realidade próxima, com os vídeos de suspense de um *youtuber* que “brinca” com a confusão entre a ficção e a realidade, entendidos por um deles como “*meio fake e meio verdadeira*”.

Com os professores I

O processo de simbolização tornado explícito no entendimento das crianças, expressando a tensão entre ilegal e legítimo, inscrita no trabalho de transportar mercadorias e tendo como elemento convergente a sacola, é uma extensão de associações significativas resultantes dos relacionamentos das crianças com os adultos no bairro, e a escola faz desses relacionamentos parte de sua articulação. Assim relativiza os atos do estado sem excluir, em sua extensão máxima, as outras associações que são os agenciamentos dos imperativos instituídos por atos administrativos e pedagógicos do estado.

A tensão entre o trabalho ilegal/legítimo que a escola inclui em sua dinâmica se inicia no Projeto Político Pedagógico. Elaborado em 2012, caracteriza a população como “tendo nível socioeconômico baixo com predominância de trabalhadores da classe autônoma: pedreiros, mecânicos, diaristas, costureiras, ou de empregados instáveis (‘laranjas’)”. A utilização dessa categoria, entre parênteses e ao final, fechando a descrição da população do bairro, tem um significado escorregadio nesse documento escolar: oscila entre “trabalhadores autônomos” e “empregados instáveis” e é uma tentativa de buscar as palavras apropriadas, uma linguagem adequada para identificar os vínculos de trabalho dos moradores do bairro da escola. Contudo, às vezes, professores se referem especificamente a alguém dizendo que ele “*ele trabalha na ponte*”, referindo-se à ação, na impossibilidade de adjetivar. São enunciados práticos dos agentes escolares que buscam contornar ou escapar aos dispositivos de poder nas categorias e nas codificações jurídicas que tipificam a atividade de “laranja” como crime, mas jamais explícitas como tais em seus relacionamentos com as crianças e os pais delas. Do mesmo modo, ter discrição e saber calar é parte de um agenciamento em que a aceitação do modo de vida dos adultos não é designado e muitas vezes nem sequer formulado, a não ser sob a forma de suposições vagas, por frases cortadas e reticentes. Essa estratégia dos agentes escolares relaciona-se com os entendimentos das crianças comunicados durante a conversa sobre o curta metragem e, por sua vez, está relacionada ao entendimento das atividades de transporte ilegal de mercadorias como legítimas, porque são um tipo de trabalho. Normalmente esse trabalho é contratado depois de estabelecidas as relações de confiança entre quem contrata, identificados como “patrões” localizados em outros estados do Brasil, e quem faz o transporte, residentes em Foz do Iguaçu. Às vezes quem transporta mercadorias o faz diretamente para quem compra, mas ocorrem casos de uma pessoa subcontratar outras, que desconhecem para quem o fazem. Por esse motivo, quem se dedica a essa ocupação é identificado como “passeiro”, aquele que transporta um volume de mercadorias combinado previamente com os “patrões” ou os “chefes”

(equivalente a patrões), compradores e responsáveis pelo destino das mercadorias. “Laranja” é uma atribuição de fora, que rapidamente identifica pessoas que fazem o transporte de mercadorias no convívio rotineiro da cidade, mas ela também encobre outras ocupações que possuem um vocabulário próprio, designadas como: “olheiro”, indicando a vigilância recíproca entre moradores e as forças repressoras do “contrabando”; “lancheiro”, que pilota barcos no rio; “barranqueiro”, que trabalha às margens no rio; “passeiro”, que transporta as mercadorias (RENOLDI, 2015, CARDIN, 2011, e GODOY, 2015). Os “olheiros” se constituem como a única categoria com significado diferente ao de passagem no rol das ocupações. Ser olheiro supõe, além da observação atenta, fazer circular informações (se a Aduana está “aberta”, e as rodovias desimpedidas, isto é, sem fiscalização) por meio de rádio amador e telefone celular, fornecer elementos para elaboração de estratégias momentâneas como interromper o transporte ou mudar a rota do trajeto. A partir deles, as informações entre os “passeiros” espriam-se e acompanham as redes de circulação de mercadorias.

Como se vê, no projeto pedagógico as categorias de identificação profissional dos moradores do bairro são insinuadas pela oscilação da tensão entre os significados do trabalho sem vínculo empregatício e o identificado como ilegal e legítimo. A rotina cotidiana desse trabalho no bairro está assinalada na organização do horário escolar. Os alunos maiores, de terceiro ao nono ano, estudam no período matutino, porque podem ir até a escola sozinhos. Os menores, de pré-escolar, classe especial, primeiro e segundo ano, estudam no período vespertino, pois necessitam de acompanhantes para organizar a rotina diária e levá-los até a escola, porque, pela manhã, os pais estavam dormindo, descansando do trabalho, na maioria das vezes, noturno. O trabalho dos pais e/ou responsáveis começa a partir das 16 horas, tornando o trânsito no bairro mais intenso, devido à saída de vans, carros e camionetes com mercadorias vindas do Paraguai (GODOY, 2015).

Com os professores II

Ao contrário das crianças que comunicaram a experiência de trabalho na fronteira, incorporando suas tensões, utilizando as categorias locais e as referências significativas de modo claro, entre os professores essa comunicação foi feita por reticências e seria obscura para quem não tem proximidade ao contexto. Nela está contida a oscilação dos significados advinda das tensões do trabalho (visível no projeto pedagógico e no horário escolar) igualmente imersa nas atividades de ensino. Mesmo assim, nas conversas, eles não ocultam aquilo que torna para

eles paradoxal a tarefa de educar: mantêm as disposições de acatar, sem julgamento moral, o entendimento e as práticas que crianças, pais e adultos têm como legítimas/ilegais, com a pretensão de fazer do acesso escolar um caminho para outras posições sociais ou simplesmente concluí-lo no nível fundamental. Segundo, sem refutar o duplo compromisso imposto por essas exigências contrárias, interpretam-nas e as aceitam em sua coexistência; sobretudo porque o comprometimento, primeiro e permanente (embora não explicitado nesses termos), é com as interações singulares estabelecidas com um bairro onde “todo mundo é ilegal” (profa. Eliza), expressão que identifica as atividades de pais e/ou responsáveis pelas crianças da Escola.

Para Eliza, o lugar da escola em relação aos moradores do bairro seria análogo, segundo ela, ao da ONU porque, sendo parte indivisa do contexto, é mediadora dos relacionamentos entre crianças, adultos e professores. Outros professores expressam esse papel da escola como um ponto de referência importante para alunos, pais e moradores da “comunidade” (expressão da profa. Beatriz), que a procuram a fim de obterem informação sobre acesso a serviços de saúde, documentação e outros serviços na cidade.

Os professores veem o significado da sua atuação na Escola, para além do ensino, como “acolhimento”, “proteção” e “defesa”, porque “*se você não aceita o modo de vida dos adultos, puxar contrabando... indiretamente não acolhe a criança*” (profa. Beatriz). Entre a Escola e o singular modo de vida fronteiriço dos adultos e as crianças, os professores e os supervisores se veem como “elos de ligação”. Acolhimento é uma categoria definidora da relação dos agentes escolares (diretora, supervisores, pedagogos, professores) com as crianças e se objetiva em expressões como “*acompanhar de perto, vivendo os dramas*” das crianças, que trazem o dia a dia da vida dos adultos com quem vivem no bairro. Nessas interações, os “dramas” vividos e trazidos pelas crianças são acolhidos pelos agentes da escola, mas nunca revelados durante nossa conversa. Os professores falam daquilo que as crianças lhes contam de modo vago e impreciso, mencionando as perdas (de mercadorias), as dificuldades financeiras, a turbulência da intervenção e a perseguição policial na “comunidade”, as noites mal dormidas e a carência afetiva das crianças. Enfrentando esses “dramas”, uma professora expressa as exigências contrárias, de acompanhar os índices de avaliação, que “*não concorda*”, dada a situação em que vivem as crianças. Ela se questiona a respeito da relação entre as condições socioeconômicas e a aprendizagem, resiste à ideia do fracasso escolar medido por esses parâmetros como resultante da privação (econômica, social e afetiva) ao mesmo tempo em que assume uma disposição de persistir, sob todas as circunstâncias, no ensino.

Como categoria definidora da relação dos professores com as crianças, acolhimento é dar um atendimento diferenciado. Exige qualidades especiais para adaptar ao contexto escolar: “dar atenção”, ser “solidários” e se “identificar” com as crianças e com a “comunidade”. Tais qualidades são comuns aos professores mais antigos, que estão na Escola há mais tempo e são exigidas aos professores recém-chegados.

Congruente com essas qualidades, o ideal a ser atingido como professora é jamais “*querer alcançar a perfeição*” (profa. Beatriz), porque é necessário “*ter jogo de cintura*” para articular as exigências institucionais da Escola às necessidades trazidas pelas crianças em razão do modo de vida fronteiriço. O que se espera dos professores é amparar e sustentar as crianças em suas necessidades singulares, de modo a mantê-las na escola. Por isso, a diretora, os supervisores, os pedagogos e os professores assumem outra atividade complementar ao acolhimento, que é o “resgate”, categoria que significa recuperar, por meio de todos os esforços, as crianças que deixam de frequentar as aulas, mas também parece remeter a significados menos tangíveis de retirá-las de uma situação de perigo, dano ou deriva.

“Acolher as crianças”, quando estão na escola, e “resgatá-las”, quando deixam de ir, expressam as contradições entre o desejável e o possível das práticas escolares dos professores e de suas relações com alunos, um empenho duplo e sem tréguas para articular demandas paradoxais entre as exigências nacionais e os efeitos delas na Escola provocados pelo modo de vida fronteiriço. As imagens associadas a um “resgate” de crianças perdidas para as “*coisas erradas*”, para o “*mundo deles de passar e vender*” e para quaisquer formas de vida fora de escola, bem como as imagens ligadas ao acolhimento, que, resumindo, é a aceitação incondicional e não valorativa dos “dramas” que as crianças “*trazem no dia a dia*”, nos diz de uma prática ambivalente e engajada dos professores, igualmente desdobrada no tempo experimentado coletivamente e no ritmo das práticas pedagógicas. O professor tem de “*saber dosar*”, “*entrar no ritmo deles*”, “*ter formas diferentes de ensinar e aprender e se adaptar ao contexto social e educativo*”.

Se “*adaptar ao contexto social e educativo*” é a extensão inventiva do realizável contido nas formas de entendimentos que gravitam em torno dos significados de “*trabalhar no mundo de passar e vender*” e “*trabalhar na ponte*”, resultante das relações entre pais, professores e crianças no bairro. Mas essa extensão é visível, porque ela mesma é mediada pelas codificações jurídicas que definem esse trabalho como crime de contrabando e descaminho. São crimes contra o estado, contra a economia nacional, pela evasão de divisas, prejuízos às empresas, ausência de trabalho formal, bem como contra a defesa e a segurança da soberania.

Essas formas de conhecimentos das crianças e dos professores, política e socialmente diferenciadas, participam das formas de conhecimento dos agentes de fiscalização e controle, dos meios de comunicação locais e nacionais e dos consumidores. Os agentes de fiscalização e de controle de instituições governamentais⁴ coíbem o contrabando e objetivam atos do estado na delimitação territorial, jurídica e econômica da fronteira. Para esses, essas atividades são parte de uma “cultura do ilícito”, expressão que fixa e transforma em atributos imaneses pessoas e práticas que estariam fora da legalidade. Em suas relações com as pessoas que transportam mercadorias são eles os protagonistas, pois estão investidos da autoridade estatal para determinar os limites entre a legalidade e a ilegalidade. As interrupções da passagem, as perseguições, as prisões e as apreensões de mercadorias são, aí, momentos de efetivação do ilícito e do ilegal.

Nos meios de comunicação locais e nacionais, essa linguagem da identificação jurídica é mobilizada. As pessoas são caracterizadas como “suspeitos”, “traficantes” e “contrabandistas”, mas também introduzidas em outras codificações valorativas menos definidas como “bandidos” e/ou “integrante de quadrilha”) ou incertas (“foi abordado indivíduo identificado como sendo fulano de tal...”) (GODOY, 2015).

Os destinatários e os consumidores das mercadorias, que alcançam todo o país, assumem uma posição de exterioridade e distância. Não estão em copresença, mas sabem e podem deduzir como as mercadorias chegam até eles. Para eles, tais atividades ilegais são entendidas como mediadoras para a obtenção de um consumo “justo”, sem pagamentos de imposto, considerados abusivos, e contra o Estado.

Essa cosmologia jurídico-política é singular a fronteiras nacionais, mas não a elas restritas. A definição de contrabando e descaminho como crimes contra o Estado são categorias estatais corriqueiras para se referir ao fluxo de coisas entre as fronteiras nacionais (DONNAN e WILSSON (1999) mesmo no contexto atual de um capitalismo cada vez organizado em termos globais.

Analiticamente, tentativas de não reiterar essas categorias estatais e de ultrapassar esse “pensamento de estado” (cf expressão de Bourdieu, 1996) têm sido empreendidas pela problematização da ilegalidade como coconstitutiva da legalidade, emergente do estado. Além

⁴ Ministério das Relações Exteriores, do Comércio Exterior, da Indústria e Transporte, da Justiça, Polícia Federal, Receita Federal e do Exército, que assume poder de Polícia, juntamente com os poderes públicos municipais e locais)

do mais, como sugeriu Foucault⁵, a ilegalidade pode ser um elemento positivo no funcionamento social, pois os dispositivos legislativos têm espaços nos quais a lei pode ser violada ou ignorada. Ética de ilegalidade (ROITMAN, 2004, 2006) e, para as fronteiras estatais, além das fronteiras territoriais, rede de ilegalismo (TELLES, 2010, 2010a), mercadoria política como a materialização da conversão da ilegalidade em mercadoria negociável (MISSE 2007, 2010), e outras práticas comumente associadas ao contrabando como corrupção, clientelismo, tráfico de influência entre outros estados possíveis (RENOLDI, 2015) e condição fronteira (DORFMAN, 2013) são dispositivos analíticos que procuram compreender a contradição de que o estado inicia e mesmo produz as práticas (ROITMAN, 2004, 2006). Veena Das (2007) também considera que, nas lacunas entre lei e sua implementação, há a ilegibilidade nas próprias práticas do estado, e essa ilegibilidade é um modo pelo qual formas de poder podem operar .

Os dispositivos analíticos acima são tentativas de compreender formas de poder estatais em que se esquivar a elas e transgredi-las convive dinamicamente com sua afirmação por meio dos seus agentes. Essa relação de oposição é complementar, emerge na tensão legalidade e ilegalidade, e implica um *modus operandi* mantido pelo segredo público, uma proposição de Taussig a que recorro (1999)⁶. Ele menciona o *dictum* temível de Elias Canetti de que “o segredo está no cerne do poder” e de Foucault para quem o segredo não é um abuso do poder, mas indispensável para sua operação. Silêncios, reticências, opacidade, cumplicidades, cooperação e confiança são elementos que viabilizam as relações iniciadas e mantidas em práticas que desestabilizam e mesmo desfazem os atos de estado em sua contenção territorial, política e simbólica. Esses elementos estão nas formas de entendimentos compartilhadas, referidas umas às outras, diferencialmente distribuídas em relação à ilegalidade versus legitimidade, materializando o conhecimento social e público. Mas esse conhecimento, sendo coproduzido nas relações entre diferentes grupos, incidindo nas tensões entre ocultar e revelar (pois o segredo público é a instável e a incapturável mistura daquilo que todos sabem, mas não podem revelar) é experimentado e comunicado de maneiras distintas.

⁵ L'illégalisme n'est pas un accident, une imperfection plus ou moins inévitable. C'est un élément absolument positif du fonctionnement social, dont le rôle est prévu dans la stratégie générale de la société. Tout dispositif législatif a ménagé des espaces protégés et profitables où la loi peut être violée, d'autres où elle peut être ignorée, d'autres, enfin, où les infractions sont sanctionnées (FOUCAULT, 1994, p.719/720)

⁶ Discutindo o tema por meio de obras literárias e de etnografias, Taussig o expõe nas primeiras linhas do prólogo: “When the human body, a nation's flag, money, or a public statue is defaced, a strange surplus of negative energy is likely to be aroused from within the defaced thing itself. It is now a state of desecration, the closest many of us are going to get to the sacred in this modern world” (1999, p.1).

Para as crianças e os adultos que “trabalham na ponte”, e com quem elas vivem, o segredo público é uma forma de conhecimento delimitador de quem está dentro ou fora desse trabalho, classificação de exclusões e indicativa de que quanto mais detêm as razões para manter o segredo público, mais próximos estarão das ameaças e do perigo do poder em sua forma instituída. As crianças sabem, como os adultos, que “desmascarar” o segredo é estar mais próximo ao poder sob a face da legalidade, inteligível na formulação de “cair a casa”, o que recrudescer suas relações com a “polícia” e, portanto, com as autoridades instituídas. Para quem depende e todos aqueles relacionados diretamente com o trabalho da ponte, isso implica interações feitas de sutilezas, cautelas, atenção, habilidades em seus encontros com atos do próprio estado que, assim, oscila entre estar fora e dentro da legalidade. Os professores e outros agentes escolares estão entranhados nesse segredo, pois, ao conviverem com essas crianças e os adultos, articulam os efeitos das tensões entre ilegal e legítimo em suas atividades cotidianas, por meio do “acolhimento” e do resgate, assim duplicando-as para si mesmos como encarregados de atos do estado pelo controle da frequência vinculado à capilaridade dos programas de recomposição da renda mínima como o Bolsa Família, nas atividades de ensino conduzidas pelos planos nacionais de educação e para as avaliações nacionais como o Ideb, bem como gestores o fazem pela exigência de registros de existência civil (certidão de nascimento), documentos comprobatórios de residência e controle disciplinar do espaço escolar. Esse entranhamento dos professores, da diretora, dos pedagogos e dos supervisores, para Bourdieu (1996), é algo comum a outros “trabalhadores sociais” como assistentes sociais e magistrados. Segundo o autor, eles constituem a mão esquerda do Estado, um conjunto de agentes que, no interior do Estado, carregam indícios das lutas sociais do passado em contraposição aos burocratas. São a mão esquerda do Estado em oposição complementar à mão direita, que também implementam as políticas nacionais por meio dos programas estatais.

Para os agentes de controle e fiscalização das Receitas Federal e Estadual, os atos do Estado são radicalizados no controle intermitente e por amostragem, no volume de apreensões, às vezes expostos publicamente pela mídia em geral. Também atuam como mediadores do Estado, pois, vão à escola para “fazer” a educação fiscal (por meio de palestras, distribuição de cartilhas, revistas em quadrinhos etc), bem como os responsáveis pela segurança pública da fronteira vão à escola para dar cursos de prevenção ao uso de drogas e alcoolismo. Por outro lado, relativizam os atos do Estado “deixando passar”, ao minimizarem a gravidade do delito como uma “bagatela”, ou crime de “pouca monta” e ninharia (SILVA e CAMPOS, 2018) e dessa forma entranhados no segredo público em posição inversa simétrica aos trabalhadores da

ponte. Finalmente, os consumidores, destinatários finais, mantêm o mesmo segredo ao questionarem a legitimidade do imposto como uma extorsão do Estado.

Como intrínseco ao poder, o segredo como forma de conhecimento tem menos importância naquilo que oculta (afinal todo mundo sabe o que não deve saber) que naquilo que afirma: o pertencimento a um contexto jurídico, político e institucional marcado pela oscilação entre as tensões dialéticas entre o (i)legal e legítimo, que circunscrevem um modo de funcionamento cujas “ilegalidades” das práticas estão encapsuladas nos regulamentos (as ilegalidades do estado, Veena Das, 2007) que as instituem como crimes (contrabando e descaminho). A sacola identificada pelas crianças como contendo “mercadoria” sintetiza o trabalho na ponte como “trabalho ilegal, mas legítimo” dos adultos e é um elemento simbólico expressivo da forma de conhecimento local que não difere dos adultos: um segredo público (não somente de seus pais e adultos com quem vivem, mas professores, gestores e moradores do bairro e da cidade, como eu). Tal experiência mediada pelo trabalho ilegal/legítimo é a expressão de uma distintividade experimentada nas tensões dos atos do estado-nação instituídos e instituintes: (re)fazendo e demarcando seus limites, mas igualmente deslocando-os ou desfazendo-os. Argumento, juntamente com Taussig, que a transgressão às leis é legítima porque a resolução das contradições não é alcançável. Aí o segredo público mantém as “regras do jogo”, de modo que a tensão entre ocultar e revelar na experiência dos grupos é uma extensão inventiva do realizável no modo de vida fronteiriço.

Referencias bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **Escritos da Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

CARDIN, Eric G. **Laranjas e sacoleiros na tríplice fronteira: um estudo da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Cascavel: Edunioeste, 2011. 136 p.

DAS, Veena. *Life and Words. Violence and the descent into the ordinary*. Berkeley, University of California Press, 2007.

DONNAN, H. T. M. Wilson. **Borders: frontiers of identity**. Nation and State. Oxford/New Work: Berg, 1999.

DORFMAN, Adriana. A condição fronteiriça diante da securitização das fronteiras do Brasil. In: D. Nascimento; J. P. Rebelo. **Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa da Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2013.

ELIAS, N. . **O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II.

FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits**. Paris:Gallimar, 1994.

GODOY, M. E. C. Ser criança em uma escola pública do lado brasileiro da fronteira Brasil/Paraguai: dos feixes atando pontes. 2015. **Dissertação** (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2015.

HOBSBAWN, E. J. E RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

MISSE, M. “Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro”. **Estudos Avançados** (USP, impresso), v. 21, p. 139-157, 2007.

_____. “Trocas ilícitas e mercadorias políticas, para uma interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos”. **Anuário Antropológico/2009 – 2**, p. 89-107, 2010.

PEIRANO, Mariza. **A teoria vivida e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

RENOLDI, Brígida Estados posibles: travesías, ilegalismos y controles en la Triple Frontera, **Etnográfica** [Online], vol. 19 (3) | 2015. [http:// etnografica.revues.org/4049](http://etnografica.revues.org/4049)

ROITMAN, J. Les recompositions du bassin du lac Tchad. **Politique africaine**, 94(2), 7-22. 2004. Ver <https://doi.org/10.3917/polaf.094.0007>.

ROITMAN, Janet. The Ethics of Illegality in the Chad Basin (pdf) in Jean Comaroff and John Comaroff, dirs. **Law and Disorder in the Postcolony**, University of Chicago Press, 2006.

SILVA, Regina Coeli Machado e, CAMPOS, Maria José. Políticas do segredo: incursões etnográficas no campo da (i)legalidade fiscal. **Ambivalências** v.6, n.12, p. 19-46. 2018

SIMMEL, G. The sociology of secrecy and of secret societies. **American Journal of Sociology**, v. 11, n. 4, p. 441-498, jan. 1906. Disponível em: <http://www.d.umn.edu/cla/faculty/jhamlin/4111/Readings/SimmelSecrecy.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2016.

TAUSSIG, Michael. **Defacement: public secrecy and the labor of the negative**. Stanford: Stanford University Press, 1999, p. 5.

TELLES, Vera da Silva. **As cidades nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argumentum, 2010 .

_____. Nas dobras do legal e ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** Vol. 2 - no 5-6 – Jul./Ago./Set./Out./Nov./Dez. 2010, p. 97-126

WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. 2. Brasília, UNB, 1999.